

EPR Infraestrutura PR S.A.

CNPJ nº 51.136.974/0001-38
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

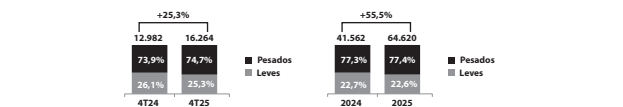
São Paulo (SP), 23 de março de 2026 – A EPR Infraestrutura PR S.A. (“Companhia” ou “EPR Infra PR”) divulga seus resultados referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. **EPR Infraestrutura PR S.A.:** A EPR Infraestrutura PR S.A. é uma sociedade por ações, com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) sob categoria “B”, constituída em 1º de junho de 2023, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1188, conjunto 65, sala 22, 6 andar, Bairro Jardim Paulistano, no município de São Paulo – SP. A Companhia e sua controlada (em conjunto denominadas “Grupo”) tem por objeto social explorar projetos de infraestrutura em transportes, através de exploração direta, ou da participação em sociedades de propósito específico que explorem a operação e manutenção de complexos rodoviários federais. **EPR Litoral Pioneiro S.A.:** A EPR Litoral Pioneiro S.A. foi constituída em 1º de junho de 2023, tendo por objeto social a exploração da concessão de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário, composto pelos trechos da BR-153/277/369 e PR-09 2/151/239/407/408/411/508/804/855, denominado Rodovias do Paraná – Lote 2, bem como a exploração de receitas extraordinárias devidamente autorizadas, nos termos, o prazo e nas condições estabelecidas no Edital de Concessão nº 02/2023 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) e no respectivo Contrato de Concessão. O “Contrato nº 002/2023” foi celebrado em 30 de janeiro de 2024 com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”). O prazo de concessão é de 30 anos. A concessionária opera 07 praças de pedágio e 12 Postos de Atendimento ao longo dos 605 quilômetros de extensão do trecho concedido, cruzando 27 municípios, todos no estado do Paraná. **Grupo EPR:** A EPR Participações S.A. (“EPR ou Grupo EPR”), acionista controladora direta da EPR Infra PR, é uma plataforma de investimentos em concessões de rodovias e mobilidade, com o propósito de prestar serviços a usuários, administrar e realizar investimentos para modernização e manutenção das rodovias concedidas pelo Poder Público, contribuindo para o desenvolvimento sustentável das regiões em que atua. A empresa é a consolidada da parceria da Equipav, com mais de 60 anos de experiência em infraestrutura, com a Perfim, gestora de fundos de investimentos em infraestrutura. O Grupo EPR, por meio da EPR Triângulo, EPR Sul de Minas, EPR Vias do Café, EPR Via Mineira, EPR Litoral Pioneiro e EPR Iguaçu (sociedades de propósito específico), administra três concessões estaduais de rodovias e uma concessão federal de rodovias no Estado de Minas Gerais e duas concessões federais de rodovias no Estado do Paraná. Em 23 de outubro de 2025, o Grupo EPR sagrou-se vencedor do leilão da concessão federal do Lote 4 do estado do Paraná. **Mensagem do Diretor Presidente:** A EPR Infraestrutura PR é a controladora da concessionária EPR Litoral Pioneiro. Em 2025, a EPR Litoral Pioneiro completou seu primeiro ano de concessão, período marcado por avanços significativos que impactaram diretamente a rotina dos usuários. Além das obras que elevaram o padrão de qualidade das rodovias, os programas sociais e ambientais também geraram benefícios concretos, promovendo segurança viária, bem-estar das comunidades e uma convivência mais segura entre todos os que utilizam a malha concessada. Como resultado do trabalho consistente realizado desde o início das operações, a ANTT autorizou a abertura de duas novas praças de pedágio, localizadas nos municípios de Sengés e Siqueira Campos, após a conclusão e homologação dos serviços iniciais. A entrega desse escopo no início do ano permitiu o avanço para a fase de recuperação, com foco na revitalização do pavimento, na requalificação de passarelas e na conservação contínua das rodovias, garantindo mais conforto, segurança e fluidez aos usuários. Como resultado de todos os investimentos e avanços, em 2025 atingimos uma receita líquida ajustada de R\$ 812,0 milhões e margem EBITDA de 78,8%. A Companhia iniciou a arrecadação de pedágio em 23 de março de 2024, e em 2025, o tráfego registrou crescimento de 55% em relação ao ano anterior, refletindo a efetividade das operações e a abertura das novas praças de pedágio, localizadas nos municípios de Sengés e Siqueira Campos, em 14 de março de 2025. Em termos comparáveis, sem considerar as duas novas praças de pedágio, Sengés e Siqueira Campos, o tráfego em 2025 apresentou um crescimento de 6% frente ao ano anterior. Destaque também para a integralização da 2ª série da 1ª emissão de debêntures, no valor de R\$ 450 milhões, e a realização da 2ª emissão de debêntures, em série única, no valor de R\$ 450 milhões, integralizada em outubro de 2025. Estas captações reforçam o compromisso da Companhia com a expansão, a melhoria e a segurança da rodovia, destinando recursos aos investimentos previstos no contrato de concessão. Ao longo do ano, a EPR Litoral Pioneiro também promoveu uma série de ações sociais e ambientais. Entre elas, destaca-se o projeto “Trânsito+”, a primeira iniciativa da concessionária voltada especificamente aos ciclistas. O programa abordou temas essenciais, como comportamentos seguros no trânsito e a importância da instalação de sinalizadores luminosos nas bicicletas, contribuindo para uma convivência mais harmoniosa e segura entre todos os usuários das rodovias. Reforçando o compromisso em atuar com responsabilidade social e ambiental e promover segurança viária, em 2025 tivemos a criação do Programa Conviver, iniciativa que tem como objetivo organizar, integrar e ampliar as ações de conscientização já realizadas pela EPR Litoral Pioneiro e pelas demais concessionárias do Grupo. O programa promove a educação para o uso seguro da infraestrutura, incentiva a manutenção preventiva dos veículos e reforça a valorização e preservação da vida, contribuindo diretamente para a segurança de todos que utilizam as rodovias. A EPR Litoral Pioneiro venceu duas categorias no Prêmio ANTT Destaques 2025, na categoria Integridade e na categoria Inovação e Tecnologia, estas conquistas reforçam o compromisso da Companhia em oferecer serviços mais eficientes, mostrando que inovação e segurança podem caminhar juntas, mantendo o diálogo e transparência com a comunidade, autoridades e órgãos sociais. Para 2026, a Companhia seguirá avançando nos trabalhos de recuperação, ampliação e modernização das rodovias. Para isso, já contratou os principais parceiros responsáveis pela execução dos investimentos previstos. Todas as ações serão conduzidas com transparência, integridade, foco na prestação de serviços de excelência e segurança viária, reforçando o papel da EPR Litoral Pioneiro como agente de transformação e desenvolvimento regional. **José Carlos Cassaniga, Destaques de 2025: Operacional e Regulatório:** O Contrato de Concessão da EPR Litoral Pioneiro foi celebrado em 30 de janeiro de 2024 com a ANTT e a data de assunção do sistema rodoviário foi em 28 de fevereiro de 2024. A EPR Litoral Pioneiro buscando seu compromisso com a segurança e excelência na prestação de serviços ao usuário apresentou os seguintes números de atendimentos e inspeções no 4T25 e 4T24 e nos exercícios sociais encerrados em 2025 e 2024.

Atendimentos	4T25	4T24	Var.%	2025	2024	Var.%
Socorro Médico	2.083	2.115	-1,5%	7.884	5.670	39,0%
Socorro Mecânico	9.364	9.054	3,4%	38.655	26.401	46,4%
Atendimento (pipa + boiadeiro)	1.459	1.348	8,2%	5.566	3.878	43,5%
Inspeções	15.728	15.632	0,6%	53.282	45.270	17,7%
Total	28.634	28.149	1,7%	105.387	81.219	29,8%

Em 23 de março de 2024, a EPR Litoral Pioneiro iniciou a cobrança de pedágio em 5 (cinco) praças, antecipando em 3 meses o início da arrecadação em relação ao prazo regulatório e a prestação de serviços operacionais aos usuários. O atendimento operacional oferece informações sobre as estradas, como eventuais bloqueios, trechos em obras, novas bases de Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU), o acionamento para eventuais emergências (socorros mecânicos e médicos) e viaturas de inspeção de tráfego. Em 14 de março de 2025, a EPR Litoral Pioneiro iniciou a arrecadação nas praças de pedágio de Sengés (rodovia PR-151, km 185) e Siqueira Campos (rodovia PR-092, km 287), finalizando a abertura de todas as praças da concessão. A abertura dessas praças foi autorizada pela ANTT após a entrega das obras iniciais, que ocorreu em 28 de fevereiro de 2025, conforme previsto no contrato de concessão. Em 28 de agosto de 2025, foi aplicado à Companhia o reajuste tarifário, conforme previsto no contrato de concessão e autorização da ANTT. Desde esta data a nova tarifa média básica de pedágio é de R\$ 13,76. **Financeiro: Debêntures:** A EPR Infraestrutura PR efetuou a amortização total de suas duas emissões de debêntures em 2025. Os pagamentos antecipados foram realizados (i) em relação à 1ª emissão: 31,49% em 10 de fevereiro de 2025, 27,75% em 13 de maio de 2025 e amortização da totalidade das debêntures remanescentes em 16 de junho de 2025; e (ii) em relação à 2ª emissão: 28,23% em 16 de junho de 2025, 38,25% em 08 de setembro de 2025 e amortização da totalidade das debêntures remanescentes em 20 de outubro de 2025. Em 30 de outubro de 2025 e em 05 de novembro de 2025, a controladora EPR Litoral Pioneiro recebeu recursos de R\$ 450 milhões referentes à integralização da série única da sua 2ª emissão de debêntures e R\$ 450 milhões referentes à integralização da segunda série da sua 1ª emissão de debêntures, respectivamente. A 2ª emissão de debêntures foi realizada nos termos previstos pela escritura da 1ª emissão de debêntures da EPR Litoral Pioneiro e culminará no cancelamento da primeira série da 1ª emissão de debêntures da EPR Litoral Pioneiro. Ambas as emissões de debêntures da EPR Litoral Pioneiro são atualizadas monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e sobre elas incorrem juros de 7,62% ao ano (no caso da 1ª emissão de debêntures) e 8,20% ao ano (no caso da 2ª emissão de debêntures). Em ambas as emissões os juros são pagos semestralmente, sendo a primeira parcela em 15 de março de 2026 e 15 de março de 2049, data de vencimento das debêntures. O principal será amortizado em 37 parcelas semestrais, sendo a primeira parcela em 17 de março de 2031 e a última na data de vencimento das debêntures, conforme curva customizada de amortização prevista nas escrituras de emissão. **Capital Social e Reserva de Capital:** Em 13 de fevereiro de 2025, foi integralizado o montante de R\$ 260 milhões na Companhia via recebimento de recursos financeiros dos seus acionistas, na qual 99% foram destinados para a reserva de capital e o restante foi destinado ao capital social, resultando na integralização total do capital social subscrito. Em 31 de dezembro de 2025, os saldos de capital social e de reserva de capital da Companhia foram de R\$ 5,1 milhões e R\$ 508,1 milhões, respectivamente. **Investimentos em Controladas:** Em 14 e 17 de fevereiro de 2025, a Companhia realizou, via envio de recursos financeiros à EPR Litoral Pioneiro, integralizações de capital social nos valores de R\$ 20 milhões e R\$ 499,3 milhões, respectivamente. Ao longo de 2025, a Companhia recebeu da sua controlada EPR Litoral Pioneiro R\$ 511,3 milhões a título de dividendos e juros sobre capital próprio. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de investimentos da Companhia em sua controlada EPR Litoral Pioneiro foi de R\$ 1.200,455 milhões. **Econômico-Financeiros:** A receita bruta com serviços prestados da Companhia foi de R\$ 889,4 milhões em 2025 e R\$ 231,1 milhões no 4T25. A receita líquida ajustada¹ no exercício social encerrado em 2025 foi de R\$ 811,9 milhões e R\$ 210,6 milhões no 4T25. O tráfego em 2025 foi de 64,6 milhões de eixos equivalentes² e 16,3 milhões no 4T25. O EBITDA de 2025 foi de R\$ 639,5 milhões (margem EBITDA 78,8%) e R\$ 156,4 milhões no 4T25 (margem EBITDA 74,2%). No exercício de 2025, a EPR Litoral Pioneiro, controlada da Companhia responsável pela concessão, desembolsou R\$ 484 milhões em investimentos, com destaque para obras de Trabalhos Iniciais e de Recuperação, conforme o Programa de Exploração da Rodovia (PER). **Programa de Integridade EPR:** A EPR Infraestrutura PR e a EPR Litoral Pioneiro estão sujeitas às disposições do Código de Conduta e da Política de Integridade e Combate à Corrupção e ao Suborno de sua controladora, a EPR, que compõe, junto com suas controladas, o Grupo EPR (“Grupo EPR” e “Políticas”, respectivamente). A EPR ressalta ainda que, foram revisadas, criadas e lançadas a partir de abril de 2024 as seguintes políticas e Diretrizes de Integridade, que estão vigentes: (i) Política de Integridade e Combate à Corrupção e ao Suborno; (ii) Política de Cumprimento do Código de Conduta; (iii) Política de Transação com Partes Relacionadas; (iv) Política do Canal de Ética, Não Retaliação e Gestão de Consequências; (v) Política de Conflito de Interesses; (vi) Política de Brindes Presentes Entretenimento e Hospitalidades; (vii) Política de Doações Contribuições e Patrocínio; (viii) Política de Relacionamento com o Poder Público; (ix) Política de Comportamentos e Atividades Político-eleitorais; (x) Política de Auditoria Interna; (xi) Política de Alçadas; (xii) Política de Proteção de Dados; (xiii) Diretriz Corporativa de Investigação de Denúncias; (xiv) Diretriz Corporativa de Doações, Patrocínio, Parceria Sociais, Acordos de Cooperação e Convênio; (xv) Diretriz Corporativa do Monitoramento do Programa de Integridade; (xvi) Diretriz Corporativa Avaliação de Riscos de Corrupção, Suborno e Controles Internos; e (xvii) Diretriz Corporativa de Avaliação de Riscos de Parceiros de Negócios. As referidas Políticas e Diretrizes visam prevenir, detectar e remediar irregularidades, de modo a reduzir os riscos de violação à legislação anticorrupção e antissuborno aos quais está sujeita no âmbito de seus negócios, e foram elaboradas com base nas diretrizes previstas na legislação.

¹ Receita líquida ajustada desconsidera a receita de construção
² Eixos equivalentes: refere-se à quantidade de eixos pagantes de cada veículo

ção de anticorrupção brasileira, dentre elas a Lei nº 12.846, de 2013 e Decreto nº 11.129, de 2022 (que revogou o antigo Decreto nº 8.420, de 2015) bem como em melhores práticas de mercado nacionais e internacionais. Como parte do aprimoramento do Programa de Integridade, o Conselho de Administração melhorou mecanismos de controle e de estrutura de governança corporativa adotando as seguintes medidas: (i) criação da gerência de Integridade e Auditoria Interna, em linha de reporte para a presidência do Grupo EPR; (ii) contratação de consultoria para auditorias internas; (iii) aprovação das políticas de Integridade e do código de conduta ética. Foram estabelecidos processos para gestão de onboarding de fornecedores, o qual se tornou um fator decisivo em suas relações comerciais, bem como para Doação e Patrocínios realizados pela Companhia. A área revisou e incluiu cláusulas anticorrupção e de Integridade, também com foco em responsabilidade socioambiental, em todos os contratos firmados com Parceiros de Negócio. O Programa de Integridade tem como objetivo facilitar a compreensão e conhecimento pelos administradores e colaboradores de suas diretrizes, orientar e analisar para que os objetivos estejam alinhados aos pontos estratégicos do Grupo EPR, por meio de suas atividades de monitoramento e controles e submeter à análise crítica periódica da alta direção e órgão diretivo. Ademais, disseminar as políticas e procedimentos, por meio de plano de conscientização com treinamentos e comunicados realizados periodicamente, recomendar a mitigação adequada às condutas contrárias das determinações do Programa de Integridade. O Grupo EPR possui um Canal de Ética, imparcial, administrado por empresa terceira, disponível 24h, sete dias por semana, podendo ser acessado por colaboradores e terceiros, com garantia do anonimato e sigilo, para a sua condução a área de Integridade, gerência e trata os relatos recebidos, além de deliberar os temas em Comitê Executivo de Integridade e Ética da EPR. **Sustentabilidade: Comitê Socioambiental:** A EPR Litoral Pioneiro realizou, ao longo de 2025, o acompanhamento dos projetos incentivados em 2024. Por meio do Comitê Socioambiental, foram realizadas visitas técnicas aos cinco projetos sociais apoiados e, de forma especial, foi promovida uma ação de Natal no Hospital Cajuru. O Comitê Socioambiental também conduziu o processo de seleção e aprovação de onze projetos, distribuídos da seguinte forma: três projetos de incentivo à cultura, três projetos de incentivo ao esporte, um projeto vinculado ao Fundo da Pessoa Idosa, três projetos relacionados ao Fundo da Criança e do Adolescente e um projeto voltado ao apoio oncológico. A EPR Litoral Pioneiro manteve sua participação ativa no Programa Na Mão Certa (PNMC). No âmbito do Grupo EPR, houve avanço para a categoria Mantenedor Prata, reconhecimento que evidencia o fortalecimento das ações de enfrentamento à exploração de crianças e adolescentes. Essa conquista foi oficialmente conferida em novembro de 2025, durante o encontro anual do programa. Nessa mesma frente de atuação, a EPR Litoral Pioneiro integrou, de maneira destacada, o Projeto Coalizão Paranaguá, iniciativa conduzida em parceria com o setor público e empresas da região portuária para o combate à exploração infantil na região de Paranaguá/PR. **Programas ambientais e sociais:** O contrato de concessão estabelece o desenvolvimento do Programa Carbono Zero, que prevê a neutralização das emissões provenientes das atividades de operação do sistema rodoviário. Em 2025, a EPR Litoral Pioneiro concluiu o primeiro inventário de emissões referente ao seu ano inicial de concessão, o qual foi auditado e certificado por um verificador independente. Como marco desse processo, a gestão de emissões da concessionária foi reconhecida pelo Programa Selo Clima Paraná, iniciativa da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável, que destaca organizações com boas práticas ambientais no território paranaense. No âmbito da resiliência climática, em 2025 a EPR Litoral Pioneiro desenvolveu o projeto inovador “Sistema de Alerta de Perigo de Incêndios Florestais para Rodovias”, voltado à identificação antecipada de focos de incêndio, geração de fumaça ou condições de neblina que possam representar risco ambiental e comprometer a segurança viária. O sistema foi instalado no km 76 da BR277, no município de São José dos Pinhais, e recebeu reconhecimento da ANTT ao ser indicado como finalista do Prêmio ANTT 2025, na categoria Sustentabilidade Ambiental. A Companhia atua para garantir o atendimento aos Padrões de Desempenho (PDs) da International Finance Corporation (IFC), fortalecendo ainda mais suas práticas de sustentabilidade e responsabilidade social. Um dos marcos de 2025 foi a realização da primeira auditoria independente de verificação de conformidade com os PDs da IFC. Nesse processo, a empresa verificadora contratada, atestou o atendimento da concessionária a todos os Padrões aplicáveis à etapa atual do projeto. Em 2025, a EPR Litoral Pioneiro concluiu o processo de implantação do Sistema de Gestão Integrado (SGI), após 20 meses de trabalho, com uma antecipação de quatro meses em relação ao prazo contratual estabelecido com a ANTT. Após a realização da auditoria externa, a TECPAR Cert recomendou a certificação da concessionária nos seguintes sistemas de gestão: Sistema de Gestão da Qualidade – ISO 9001 - Sistema de Gestão Ambiental – ISO 14001 - Sistema de Gestão de Saúde e Segurança do Trabalho – ISO 45001 - Sistema de Gestão de Segurança Viária – ISO 39001 Essa recomendação confirma que a concessionária atende plenamente aos requisitos de todas essas normas internacionais, reforçando seu compromisso com a qualidade, a sustentabilidade, a segurança viária e a saúde e segurança ocupacional. **Programa Conviver:** Destaque também para o Programa Conviver, iniciativa do Grupo EPR que busca estimular comportamentos seguros e responsáveis entre motoristas, pedestres, ciclistas, motociclistas e comunidades vizinhas às rodovias. O programa promove a educação para o uso seguro da infraestrutura, incentiva a manutenção preventiva dos veículos e reforça a valorização e preservação da vida, contribuindo diretamente para a segurança de todos que utilizam as rodovias. **Autorizações ambientais:** O ano de 2025 também foi marcado pela emissão de importantes autorizações ambientais necessárias para a implantação das obras de ampliação de capacidade previstas para o terceiro ano da concessão. Destacasse as Licenças Ambientais Simplificadas (LAS) das rodovias BR153 e BR277, além da emissão da Licença Prévia (LP) para intervenções na BR369. Essas ações representam etapas essenciais para o cumprimento do cronograma de investimentos e reforçam o compromisso da concessionária com a conformidade ambiental e o desenvolvimento sustentável. **Recursos Humanos:** Em 2025, a EPR Litoral Pioneiro registrou 585 empregos diretos na região da concessão. O grupo EPR criou um canal de vagas que divulga as oportunidades abertas e possibilita os interessados a cadastrar seu currículo e enviar a candidatura. O canal apresenta os valores do grupo que são baseados em ética, respeito, transparência e colaboração. A EPR valoriza a inclusão e acredita no potencial de cada pessoa, por isso, está comprometida em construir um ambiente de trabalho cada vez mais diverso. **Desenvolvimento econômico dos municípios:** A EPR Litoral Pioneiro, no ano de 2025, repassou R\$ 44,8 milhões em Imposto Sobre Serviços (ISS) aos 27 municípios que compõem a malha sob sua administração. Cada município poderá destinar a arrecadação para investir em diversas áreas, tais como: saúde, educação e infraestrutura. **Desempenho: Tráfego:** O tráfego de veículos no exercício social findo em 2025 foi de 64,6 milhões de eixos equivalentes, sendo 14,6 milhões de veículos leves e 50,0 milhões de veículos pesados.



Em 14 de fevereiro de 2025, a EPR Litoral Pioneiro iniciou a arrecadação em duas novas praças de pedágio, localizadas em Sengés e Siqueira Campos. Segue abaixo o comparativo do tráfego entre o 4T25 e 4T24 e os exercícios sociais de 2025 e 2024:

Tráfego em milhões de eixos equivalentes	4T25	4T24	Var.%	2025	2024	Var.%
Leves	4.111	3.384	21,5%	14.587	9.435	54,6%
Pesados	12.152	9.598	26,6%	50.033	32.127	55,7%
Total	16.264	12.982	25,3%	64.620	41.562	55,5%

Tarifa Média: A tarifa média líquida (receita líquida ajustada sobre eixos equivalentes) no período findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 13,76. Em 28 de agosto de 2025, foi aplicado à EPR Litoral Pioneiro reajuste tarifário, conforme previsto no contrato de concessão e autorização da ANTT. A nova tarifa média básica de pedágio será no valor de R\$ 13,07 (R\$ 12,70 em 31 de dezembro de 2024). **Receita:** A cobrança de pedágio iniciou-se em 23 de março de 2024 nas cinco praças já existentes, e em 14 de fevereiro de 2025 a EPR Litoral Pioneiro iniciou a arrecadação em duas novas praças de pedágio, localizadas em Sengés e Siqueira Campos. **Receita (R\$ mil)**

	2025	2024
Receita Bruta	1.350.489	1.033.392
Receita de serviços prestados	889.388	577.649
Receita de serviços de construção	460.790	455.677
Receitas acessórias	311	66
Imposto sobre receitas operacionais	(77.736)	(50.077)
Receita líquida	1.272.753	983.315
Receita de serviços de construção	(460.790)	(455.677)
Receita Líquida Ajustada	811.963	527.638

A receita com serviços prestados foi de R\$ 889,4 milhões em 2025. A receita líquida totalizou R\$ 1,3 bilhão no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e a receita líquida ajustada (excluindo a receita com serviços de construção) totalizou R\$ 812,0 milhões. No exercício de 2025, 82,9% (69,5% em 2024) da arrecadação foi pela modalidade automática (AVI).

Custos e Despesas Operacionais:

	Controladora		Consolidado	
Custos e Despesas Operacionais (R\$ mil)	2025	2024	2025	2024
Custo de serviços de construção	-	-	(460.790)	(455.677)
Serviços de terceiros	(622)	(736)	(83.376)	(27.831)
Com pessoal	-	-	(42.219)	(33.564)
Depreciação e amortização	(364)	-	(27.437)	(12.160)
Custo da concessão	-	-	(20.690)	(18.390)
Combustíveis e lubrificantes	(1)	-	(6.533)	(5.313)
Seguros e garantias	-	-	(6.217)	(5.335)
Aluguéis	-	-	(1.341)	(3.493)
Perdas de arrecadação	-	-	(343)	(196)
Contribuições e doações	(1)	(15)	(5.862)	(1.674)
Outros	(988)	(751)	(14.703)	(11.832)
Custos e Despesas Operacionais	(988)	(751)	(669.511)	(575.465)

No exercício de 2025 os custos de serviços de construção foram de R\$ 460,8 milhões de um total de R\$ 669,5 milhões, representando 68,8% do total de custos e despesas operacionais. O aumento dos custos e despesas em 2025, em comparação a 2024, decorre principalmente do aumento dos gastos com serviços de terceiros, incluindo contratações para atendimento pré-hospitalar, serviços de guincho, conservação e serviços compartilhados, além do crescimento das despesas com pessoal, resultante do aumento na folha de pagamento, e dos maiores custos relacionados à infraestrutura e à operação da Companhia e da sua controlada. **EBITDA:** O EBITDA Consolidado totalizou R\$ 639,5 milhões em 31 de dezembro de 2025, com margem EBITDA ajustada de 78,8%.

EBITDA (R\$ mil)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita líquida	-	-	1.272.753	983.315
Receita de construção	-	-	(460.790)	(455.677)
Receita Líquida Ajustada	-	-	811.963	527.638
Custos operacionais	-	-	(603.707)	(540.193)
Despesas operacionais	(988)	(751)	(65.804)	(35.272)
Outras receitas e despesas	-	-	8.866	5.708
Custos de construção	-	-	460.790	455.677

EBITDA (R\$ mil)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custos Operacionais (s/ custos de construção)	(988)	(751)	(199.855)	(114.080)
Equivalência patrimonial	454.203	307.785	-	-
EBIT	453.215	307.034	612.108	413.558
Depreciação e amortização	364	-	27.437	12.160
EBITDA	453.579	307.034	639.545	425.718

Margem EBITDA
Conforme a Resolução CVM nº156, de 23 de junho de 2022, segue abaixo a reconciliação do lucro (prejuízo) líquido para o EBITDA:

EBITDA (R\$ mil)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro Líquido do exercício	429.999	280.075	429.999	280.075
(+) IR e CS – correntes e diferidos	6.476	2.956	210.984	147.044
(+) Resultado financeiro	16.740	24.003	(28.875)	(13.561)
(+) Depreciação e amortização	364	-	27.437	12.160
EBITDA	453.579	307.034	639.545	425.718

Resultado Financeiro:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas Financeiras				
Aplicações financeiras	1.568	1	78.928	46.475
Atualização monetária de impostos	-	-	2.446	-
Outras receitas	-	-	106	38
Despesas Financeiras				
Impostos sobre receitas financeiras	(4.241)	(2.421)	(7.990)	(4.589)
Encargos financeiros	-	-	(6.075)	(631)
Aluguel e valor presente de arrendamento mercantil	-	-	(6.125)	(5.374)
Amortização dos custos de captação de debêntures	(9.638)	(1.112)	(10.007)	(1.112)
Atualização monetária sobre debêntures	-	-	(3.577)	-
Juros sobre debêntures	(4.208)	(20.303)	(15.218)	(20.303)
Outras despesas financeiras	(221)	(168)	(3.613)	(943)
Resultado Financeiro	(16.740)	(24.003)	28.875	13.561

O resultado financeiro líquido na Controladora foi de -R\$ 16,7 milhões em 31 de dezembro de 2025 e R\$ 28,9 milhões no Consolidado. O resultado na Controladora representa os juros das debêntures captadas e amortização dos custos de captação. O resultado no Consolidado é representado pelo incremento de rendimentos sobre aplicações financeiras, dado a maior disponibilidade de saldo de caixa aplicado, subtraídos pelos juros das debêntures captadas. O saldo de aplicações financeiras vem sendo consumido no pagamento das obras de atendimento ao PER.

Endividamento

	Quantidade	Taxas	Vencimento	Controladora		Consolidado	
Endividamento (R\$ mil)		Contractuais					

EPR Infraestrutura PR S.A.														
Passivo	Controladora		Consolidado		Demonstração de fluxo de caixa (em R\$ mil)				Demonstração de fluxo de caixa (em R\$ mil)					
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024		
Obrigações sociais	-	-	10.696	7.665	Equivalência patrimonial	(454.203)	(307.785)	-	-	Caixa (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais	(7.789)	683	697.097	435.450
Obrigações fiscais	9	2.430	19.692	55.822	Juros e variações monetárias de debêntures	4.208	20.303	18.795	20.303	Pagamento de IRPJ e CSLL	(304)	-	(207.764)	(104.974)
Partes relacionadas	14	1.525	10.143	2.454	Amortização do custo de captação de debêntures	9.638	1.112	10.007	1.112	Pagamento de juros sobre debêntures	(54.537)	(10.474)	(54.537)	(10.474)
Cretores pela concessão	-	-	4.116	4.863	Ajuste a valor presente de arrendamento mercantil	-	-	6.125	5.374	Pagamento de arrendamento mercantil - juros	-	-	(6.125)	-
Dividendos a pagar	368.292	-	368.292	-	Rendimento de aplicações financeiras	-	-	(5.908)	-	Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais	(62.630)	(9.791)	428.671	320.002
Outros passivos	-	-	54	-	Redução (aumento) de impostos	-	-	(2.446)	-	Fluxo de caixa das atividades de investimento	-	-	-	-
Total do passivo circulante	368.478	27.539	536.478	251.820	Depreciação e amortização	364	-	27.437	12.160	Aumento de capital social em controlada	(519.345)	-	-	-
Não circulante					Provisão de recursos vinculados	-	-	27.017	17.858	Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos	511.301	96.535	-	-
Debêntures	-	162.893	868.978	162.893	Provisão para participação nos lucros	-	-	3.514	3.696	Aquisições de itens de infraestrutura em construção	-	-	(479.440)	(305.759)
Arrendamento mercantil a pagar	-	-	32.579	40.407	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	-	-	(2)	45	Aquisições de itens de intangível	-	-	(998)	(9.942)
Cretores pela concessão	-	-	34.192	18.008	Resultado na baixa de ativos de direito de uso	-	-	(6)	-	Aquisições de itens de imobilizado	-	-	(3.561)	(5.955)
Dividendos a pagar	-	69.126	-	69.126	Resultados na baixa de ativos intangíveis	-	-	22	-	Aplicações financeiras	-	-	(230.483)	-
IRPJ e CSLL diferidos	8.987	2.957	35.653	2.957	Perdas de arrecadação	-	-	343	196	Recursos vinculados	-	-	(13.291)	(17.989)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	-	-	19.022	45	Redução (aumento) dos ativos operacionais:	-	-	-	-	Caixa líquido (gerado pelas) utilizado nas atividades de investimento	(8.044)	96.535	(727.773)	(339.645)
Total do passivo não circulante	8.987	234.976	990.424	293.436	Contas a receber	-	-	(22.300)	(37.644)	Fluxo de caixa das atividades de financiamento	73.040	(86.808)	871.348	(99.873)
Total do passivo	377.465	262.515	1.526.902	545.256	Valores a receber do poder concedente	-	-	(8.715)	(5.695)	Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	2.366	(64)	572.246	(119.516)
Capital social	5.133	2.533	5.133	2.533	Partes relacionadas	-	-	(2.678)	(1.950)	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	79	143	365.807	485.323
Reserva de capital	508.117	250.717	508.117	250.717	Impostos a recuperar	(208)	-	(7.134)	(9.216)	Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.445	79	938.053	365.807
Reserva legal	1.026	507	1.026	507	Adiantamentos a fornecedores	(11)	-	21.240	(22.536)					
Reserva de lucros	322.110	207.379	322.110	207.379	Depósitos judiciais	-	-	(19.126)	(14)					
Total do patrimônio líquido	836.386	461.136	836.386	461.136	Outros ativos	(13)	-	(1.986)	(310)					
Total dos passivos e patrimônio líquido	1.213.851	723.651	2.363.288	1.006.392	Aumento (redução) dos passivos operacionais:	-	-	-	-					
Demonstração de Fluxo de Caixa					Fornecedores	34	128	11.224	9.224					
Demonstração de Fluxo de Caixa (em R\$ mil)					Obrigações sociais	(2.562)	-	(3.045)	3.940					
					Obrigações fiscais	-	-	2.430	10.282					
					Partes relacionadas	(1.511)	1.464	2.127	(3.357)					
					Cretores pela concessão	-	-	(1.566)	4.863					
					Outros passivos	-	-	54	-					
Fluxo de caixa das atividades operacionais	436.475	283.031	640.983	427.119										
Lucro antes dos tributos														
Ajustes de:														

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇOS PATRIMONIAIS					DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO										
Ativos	NE	Controladora		Consolidado		NE	Capital social			Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de lucros a realizar	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		2025	2024	2025	2024		Capital social	Capital social a integralizar	Capital social integralizado						
Circulante															
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.445	79	938.053	365.807		5.133	(2.600)	2.533	250.717	507	207.379	-	(3.063)	250.187
Aplicações financeiras	5	-	-	198.333	-		-	-	-	-	-	-	-	280.075	280.075
Aplicações financeiras vinculadas	6	-	-	12.615	-		-	-	-	-	-	-	-	(507)	-
Contas a receber	7	-	-	59.405	37.448		-	-	-	507	-	-	-	(69.126)	(69.126)
Valores a receber do poder concedente	8	-	-	819	-		-	-	-	-	-	-	-	(207.379)	-
Recursos vinculados	12	-	-	819	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	20	-	-	-	1.950		5.133	(2.600)	2.533	250.717	507	207.379	-	-	461.136
Impostos a recuperar	10	1.077	3.964	6.310	13.687		27	-	2.600	-	-	-	-	-	2.600
Adiantamentos a fornecedores	9	11	-	1.353	22.593		27	-	-	257.400	-	-	-	-	257.400
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	20	-	99.473	-	-		27	-	-	-	-	(207.379)	-	-	-
Outros ativos	11	-	2.020	310	-		27	-	-	-	-	-	207.379	-	69.127
Total dos ativos circulantes	3.544	103.516	1.219.727	441.795										(276.506)	(276.506)
Não circulante														429.999	429.999
Realizável a longo prazo														-	-
Aplicações financeiras vinculadas	6	-	-	25.442	-		27	-	-	-	519	-	-	(519)	-
Valores a receber do poder concedente	8	-	-	-	5.695		27	-	-	-	-	-	-	(107.370)	(107.370)
Partes relacionadas	20	-	-	4.628	-		27	-	-	-	-	-	-	(322.110)	-
Recursos vinculados	12	-	-	34.188	18.139		27	-	-	-	-	-	-	-	-
Impostos a recuperar	10	9.852	-	11.161	-		27	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos de captação de dívida antecipados	11	-	-	53.239	-		27	-	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos judiciais	13	-	-	19.140	14		27	-	-	-	-	-	-	-	-
IRPJ e CSLL diferidos	14	-	-	-	1.415		27	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	-	9.852	-	274	-		27	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do realizável a longo prazo	15	1.200.455	620.135	-	25.263										
Investimento	16	-	-	-	-										
Direito de uso em arrendamento	16	-	-	42.070	49.303										
Imobilizado	17	-	-	7.923	5.627										
Infraestrutura em construção	18	-	-	285.582	369.655										
Intangível	19	-	-	659.914	114.749										
Total dos ativos não circulantes	1.200.455	620.135	995.489	539.334											
Total dos ativos	1.213.851	723.651	2.363.288	1.006.392											
Passivos e patrimônio líquido															
CIRCULANTE															
Fornecedores	21	163	129	100.290	146.475										
Debêntures	22	-	23.455	9.454	23.455										
Arrendamento mercantil a pagar	16	-	-	13.741	11.086										
Obrigações sociais	23	-	-	10.696	7.665										
Obrigações fiscais	24	9	2.430	19.692	55.822										
Partes relacionadas	20	14	1.525	10.143	2.454										
Cretores pela concessão	25	-	-	4.116	4.863										
Dividendos a pagar	20	368.292	-	368.292	-										
Outros passivos	-	-	-	54	-										
Total dos passivos circulantes	368.478	27.539	536.478	251.820											
Não circulante															
Debêntures	22	-	162.893	868.978	162.893										
Arrendamento mercantil a pagar	16	-	-	32.579	40.407										
Cretores pela concessão	25	-	-	34.192	18.008										
Dividendos a pagar	20	-	69.126	-	69.126										
IRPJ e CSLL diferidos	14	8.987	2.957	35.653	2.957										
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	26	-	-	19.022	45										
Total dos passivos não circulantes	8.987	234.976	990.424	293.436											
Total dos passivos	377.465	262.515	1.526.902	545.256											
Patrimônio líquido															
Capital social	5	5.133	2.533	5.133	2.533										
Reserva de capital	5	508.117	250.717	508.117	250.717										
Reserva legal	5	1.026	507	1.026	507										
Reserva de lucros	5	322.110	207.379	322.110	207.379										

continuação

Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). No caso da Companhia, essas práticas diferem das normas internacionais de contabilidade, somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação à infraestrutura em construção de sua controlada. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 23 de março de 2026. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela diretoria na sua gestão. **3.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual o Grupo atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo. **3.3 Uso de estimativas e julgamento:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a diretoria utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos e incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nos seguintes itens: **(i) Capitalização do ativo intangível:** A capitalização do ativo intangível é o processo contábil no qual o Grupo registra como ativo no seu balanço patrimonial os custos relacionados à criação ou aquisição de bens intangíveis, como o direito de cobrança dos usuários das rodovias. Dessa forma, os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento do ativo em questão são registrados inicialmente como valor do ativo, e amortizados ao longo de sua vida útil. Esse procedimento contábil permite que o Grupo distribua os custos ao longo do tempo, refletindo melhor os benefícios econômicos gerados pelo ativo intangível. O Grupo efetua análises que envolvem o julgamento da diretoria, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão. Os custos de empréstimos diretamente atribuídos à aquisição, construção ou produção de ativos intangíveis também são incorporados ao ativo do Grupo até que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos obtidos com a aplicação temporária dos recursos provenientes de empréstimos específicos e que ainda não foram gastos com os ativos intangíveis devem ser deduzidos dos custos de empréstimos qualificados para capitalização. Há ainda, a capitalização dos custos com salários, encargos sociais e benefícios dos empregados diretamente envolvidos no desenvolvimento desses intangíveis. **(ii) Reconhecimento de amortização do ativo intangível:** O Grupo realiza o reconhecimento da amortização dos ativos intangíveis através de projeção de curva de demanda estimada para o período de concessão, que se baseia na "curva de tráfego", que reflete a utilização estimada do ativo durante sua vida útil. A curva de tráfego descreve a intensidade com que o ativo será utilizado ao longo do tempo, sendo este o método que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. **(iii) Receita de construção:** A ICP 01 (R1) - Contratos de Concessão estabelece que a medida em que o Grupo realiza a prestação de serviços de construção e/ou de melhoria em infraestrutura da rodovia, a mesma deve reconhecer uma receita de construção a valor justo de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com o Cliente, e os custos correspondentes são registrados como despesas relativas ao serviço realizado. **(iv) Provisão para riscos civis, trabalhistas e fiscais:** O Grupo reconhece provisão para causas civis, trabalhistas e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **(v) IRPJ diferido:** O Grupo deve reconhecer um ativo ou um passivo diferido pelo tributo recuperável ou devido em períodos futuros como efeito de transações ou eventos passados. Tais impostos surgem das diferenças entre os valores reconhecidos para ativos e passivos do Grupo no balanço patrimonial e o reconhecimento desses ativos e passivos pelas autoridades fiscais, e a compensação para datas futuras de créditos fiscais e prejuízos fiscais correntes não utilizados. Esses ativos e passivos não são reconhecidos se a diferença temporária resultar do reconhecimento inicial de ativo ou do reconhecimento inicial (exceto combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. Nesse sentido, o julgamento significativo da diretoria é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Para mais detalhes sobre tributos, vide divulgações na nota explicativa nº 14. **3.4 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados a valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa 33. **4. Políticas contábeis materiais:** O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **4.1 Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025. O controle obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: • O acordo contratual entre a Companhia e outros titulares de direitos de voto; • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; • Os direitos de veto e os potenciais direitos de veto da Companhia (investidor). A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis do Grupo. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ativo) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. **4.2 Investimento:** As demonstrações financeiras refletem os ativos, passivos e transações da Companhia e suas controladas diretas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Os saldos e as transações entre empresas, que podem incluir lucros não realizados, são eliminados. O investimento em entidade controlada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua controlada. As controladas possuem o mesmo exercício social da Companhia. **4.3 Recitas de contratos com clientes:** O Grupo reconhece suas receitas, pelo seu valor justo, a medida que satisfaz as obrigações de desempenho. As principais fontes de receita do Grupo estão descritas a seguir: As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias, há razoável certeza de seu recebimento, e são líquidas da parcela do preço cobrado do usuário, pertinente ao recurso vinculado. As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. Conforme definido na ICP 01 (R1), quando a concessionária presta serviço de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza

receitas e custos relativos a estes serviços, com base no estágio da obra realizada. Essa receita é composta pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos financiamentos atribuíveis a esse ativo. O Grupo estimou que eventual margem é próxima a zero. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. **4.4 Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **(i) Reconhecimento e mensuração inicial:** Ativos financeiros: Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios utilizado para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, ou mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. No caixa e equivalentes de caixa são reconhecidos o caixa e as aplicações financeiras com conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros propósitos. As aplicações financeiras referem-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens mencionados no parágrafo acima. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. **(ii) Mensuração subsequente:** Ativos financeiros: Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros do Grupo são classificados em duas categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado; Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. São apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. **Passivos financeiros:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros do Grupo são classificados na seguinte categoria: • Passivos financeiros ao custo amortizado: Após o reconhecimento inicial são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou juro na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. **(iii) Desreconhecimento:** Ativos financeiros: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou • O Grupo transferir seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) o Grupo transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo nem transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferir o controle do ativo. Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reter os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transfere o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuo. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo. **Passivos financeiros:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **(iv) Compensação:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **4.5 Infraestrutura em construção e ativos intangíveis:** A infraestrutura em construção representa os bens vinculados à concessão durante o período de construção ou de melhoria e, quando concluídos, são transferidos para a rubrica de "Ativo Intangível". Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. A infraestrutura referente ao contrato de concessão é registrada dentro do intangível do Grupo, visto que, o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICP 01 (R1), a controlada Litoral Pioneiro atua como prestadora de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. O Grupo reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. E, também pode ser oriundo de pagamentos ao poder concedente em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Dispendios adicionais na construção de obra que não geram benefício econômico futuro são registrados como despesa quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica. Já, o direito de exploração é amortizado de acordo com o consumo da curva de benefício econômico esperada ao longo do prazo de concessão, através da projeção de curva de tráfego estimada. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização desses ativos é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Um ativo intangível é desreconhecido no momento da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. **4.6 Ativos imobilizados:** Computadores e periféricos, móveis e utensílios, veículos e outras imobilizações são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos

EPR Infraestrutura PR S.A.

para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, o Grupo as deprecia separadamente com base em sua vida útil específica. Da mesma forma, quando for realizada uma inspeção de grande porte, seu custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição, se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme a seguir apresentado: • Computadores e periféricos: de 5 a 15 anos; • Móveis e utensílios: de 5 a 15 anos; • Veículos: de 4 a 10 anos; e • Outros imobilizados: de 5 a 15 anos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o receptor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva quando for o caso. **4.7 Capitalização de custos:** Os custos de mão de obra diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção do ativo intangível, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses possam operar. Além disso, os custos das debêntures atribuíveis a infraestrutura em construção são capitalizados durante a fase de construção e/ou melhoria. **4.8 Capitalização dos custos de empréstimos:** Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pelo Grupo relativos ao empréstimo. O Grupo capitaliza custos de empréstimos para todos os ativos elegíveis. **4.9 Fornecedores:** Refere-se a obrigações a pagar de prestação de serviços, caucões contratuais, fornecimentos de materiais e insumos destinados predominantemente ao ativo fixo e aos gastos operacionais e administrativos do Grupo. **4.10 Redução ao valor recuperável (impairment):** (i) Ativos financeiros não-derivativos: Instrumentos financeiros e ativos contratuais: O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e mensuram a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. Nesse sentido, após três meses do não recebimento do crédito o Grupo realiza o reconhecimento da perda efetiva no resultado. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking). O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorre um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias; • Reestruturação de um valor devido em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **Apresentação das perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** As perdas de crédito esperadas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte, sem expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos. Para créditos baixados com perda, recuperados através de ações comerciais, eventuais descontos concedidos são reconhecidos no resultado financeiro. **Contas a receber e ativos contratuais:** O Grupo determinou que a perda de crédito esperada é mensurada pela expectativa de perda futura através de padrões históricos de inadimplência. As alterações de exposição do Grupo ao risco de crédito durante o exercício estão descritas na nota explicativa nº 33. **(ii) Ativos não financeiros:** Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto, ativos contratuais e instrumentos financeiros) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. **4.11 Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura:** A infraestrutura recebida e/ou construída pelo concessionária não é registrada como ativo imobilizado, porque o contrato de concessão não transfere a concessionária o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Os contratos preveem apenas acesso a esses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. A concessionária tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão, a concessionária atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e podendo operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante um determinado prazo. Se a concessionária presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pela concessionária é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou a um ativo financeiro. A concessionária reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. A concessionária reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção. No caso do Grupo não está previsto no contrato de concessão qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura, portanto nenhum ativo financeiro foi reconhecido nas demonstrações financeiras. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria e ampliação em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. O Grupo estimou que eventual margem é próxima a zero. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de tráfego e pelo prazo da concessão, dos dois o menor. **4.12 Demais ativos circulantes e não circulantes:** São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. **4.13 Provisões:** Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, o Grupo tiver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **4.14 Capital social: (i) Ações ordinárias:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, quando houver, serão reconhecidos como redução do patrimônio líquido. **(ii) Ações preferenciais:** Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro do Grupo e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discriminatórios são reconhecidos como distribuições do patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas do Grupo. **4.15 Demais passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. **4.16 Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a

empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridos como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se o Grupo tiver uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **4.17 Recitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros e multa recebidos ou auferidos, atualizações monetárias e descontos financeiros obtidos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros e encargos sobre empréstimos, financiamento e debêntures, juros sobre atraso em pagamentos, despesas com IOF, impostos sobre receita financeira (PIS/COFINS), descontos concedidos, despesas e comissões bancárias e ajuste a valor presente de ativos e passivos. Custos da dívida que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos. **4.18 IRPJ e CSLL: (i) Lucro real:** O IRPJ e a CSLL do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício. **(ii) Imposto corrente:** O imposto corrente é imposto a pagar baseado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras do Grupo e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. **(iii) Imposto diferido:** O IRPJ e a CSLL do exercício diferido são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais, a base negativa da CSLL e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e aos valores utilizados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. As despesas com IRPJ e CSLL descritas acima, compreendem o IRPJ e CSLL correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(iv) Exposições fiscais:** Na determinação do IRPJ o Grupo leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de IRPJ e juros tem que ser realizado. O Grupo acredita que a provisão para IRPJ no passivo está adequada para com relação ao exercício fiscal em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das Leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levaria o Grupo a mudar os seus julgamentos quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com IRPJ no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de IRPJ e CSLL diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. **4.19 Tributos sobre prestações de serviços:** Para o PIS e COFINS, o Grupo é enquadrado no regime não cumulativo, porém, para concessionárias de rodovias, as alíquotas aplicáveis são aquelas do regime cumulativo, dessa forma, para as receitas operacionais são calculados com base nas alíquotas de 0,65% e 3%, para o PIS e COFINS, respectivamente. Para as receitas financeiras, são calculados com base nas alíquotas de 0,65% e 4%, para PIS e COFINS, respectivamente. Com relação ao ISS, as alíquotas aplicáveis variam entre 2% e 5% e dependem do município da prestação de serviço. **4.20 Resultado por ação:** O Resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O Resultado por ação diluído é calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada por todas as potenciais ações ordinárias com efeito de diluição. **4.21 Demonstração do valor adicionado:** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e suas distribuições durante determinado exercício e é apresentada pelo Grupo como parte integrante das demonstrações financeiras. **4.22 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **4.23 Arrendamentos:** O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **(i) Arrendamento mercantil e arrend:** Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a taxa de juros que o Grupo teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar, porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **(ii) Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo se os arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **4.24 Questões climáticas:** O Grupo considera questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos devido a riscos tanto físicos quanto de transição. Mesmo que o Grupo acredite que seu modelo de negócios e serviços ainda serão viáveis após a transição para uma economia de baixo carbono, questões climáticas aumentam a incerteza nas estimativas e pressupostos subjacentes a vários itens nas demonstrações financeiras. Mesmo que os riscos relacionados às mudanças climáticas atualmente possam não ter um impacto significativo na mensuração, o Grupo está monitorando de perto mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas. **4.25 Eventos após o período do relatório:** Se o Grupo receber informações após o período de relatório, mas antes da data de autorização para emissão, sobre condições que existiam no final do período de relatório, ele avaliará se as informações afetam os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O Grupo ajustará os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras para refletir quaisquer eventos de ajuste após o período de relatório e atualizará as divulgações relacionadas a essas condições à luz das novas informações. Para eventos que não originam ajustes após o período de relatório, o Grupo não alterará os valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, mas divulgará a natureza do evento que não origina ajustes e uma estimativa de seu efeito financeiro, ou uma declaração de que tal estimativa não pode ser feita, se aplicável. **4.26 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025:** O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Alterações ao**

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/03/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação

CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu a Revisão de Pronunciamentos Contábeis CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de demonstrações financeiras e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras do Grupo. **Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICP 09 - demonstrações financeiras individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICP 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações contábeis individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas demonstrações contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras do Grupo. **4.27 Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alterações emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substituiu o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statements* - PFS) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros períodos. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. O Grupo está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. Os impactos materiais iniciais esperados sobre as demonstrações financeiras do Grupo são os seguintes: - Serão incluídas novas divulgações, compreendendo: (a) medidas de desempenho definidas pela administração (Management-defined performance measures - MPMs); (b) despesas específicas por natureza, caso as despesas sejam apresentadas por função na categoria operacional da demonstração do resultado; e (c) uma conciliação, para cada linha da demonstração do resultado, entre os valores representados de acordo com a IFRS 18 e os montantes anteriormente apresentados de acordo com a IAS 1 (CPC 26 (R1)). - Os juros recebidos e os juros pagos passarão a ser classificados, respectivamente, nas atividades de investimento e atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, conforme o CPC 03 (R2) - Apresentação dos Fluxos de Caixa. No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo CPC 51 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18), atualmente o CPC e suas entidades conexas estão ainda em processo de discussão dos eventuais conflitos do CPC 51 com a legislação societária vigente. Embora ainda as discussões não tenham encerrado, não se espera alterações substanciais na atual legislação. **IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública:** Divulgações: Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. A diretoria da Companhia não identificou impactos oriundos do IFRS 19 a serem divulgados. **Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** Em maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 e IFRS 7 - Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 - Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As principais alterações introduzidas são as seguintes: - Um esclarecimento de que um passivo financeiro é baixado na "data de liquidação" e a introdução de uma opção de política contábil (quando determinadas condições forem atendidas) para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de um sistema eletrônico de pagamentos antes da data de liquidação. - Orientação adicional sobre como os fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) e similares devem ser avaliados. - Esclarecimentos sobre o que constitui "características sem direito de regresso" e quais são as características dos instrumentos contratualmente vinculados. - Introdução de novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos adicionais de divulgação para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (OCI). As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas. O Grupo não antecipa que essas alterações terão impacto material sobre suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC. **Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS:** Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros), IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa). Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes. As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. As alterações não são esperadas para ter impacto material sobre as demonstrações financeiras do Grupo. **Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais:** Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais. As alterações se aplicam apenas a contratos que façam referência à eletricidade dependente de

fatores naturais e: - Esclarecem a aplicação dos requisitos de "uso próprio" para os contratos abrangidos. - Alteram os requisitos de designação de um item objeto de hedge em uma relação de hedge de fluxo de caixa para os contratos abrangidos. - Adicionam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito desses contratos sobre o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, desde que divulgada. As alterações relacionadas à exceção de uso próprio devem ser aplicadas retrospectivamente, enquanto as alterações relativas à convertibilidade de hedge devem ser aplicadas prospectivamente às novas relações de hedge designadas a partir da data inicial de aplicação. Além disso, as alterações de divulgação da IFRS 7 devem ser implementadas em conjunto com as alterações da IFRS 9. Caso a entidade não reinterprete as demonstrações financeiras comparativas, não poderá apresentar divulgações comparativas. Em convergência com as normas internacionais, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar essas modificações por meio de futuras revisões do CPC 48 - Instrumentos Financeiros e do CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação. O Grupo não espera que essas alterações tenham impacto material sobre suas demonstrações financeiras, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC 40 (R1) e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo CPC. **5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras:**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa				
Numerários em trânsito	-	-	682	595
Caixa e contas bancárias	112	18	2.912	3.768
Aplicações financeiras (a)	2.333	61	934.459	361.444
Total	2.445	79	938.053	365.807
Aplicações financeiras				
Fundos de investimento (b)	-	-	198.333	-
Total			198.333	
(a) As aplicações financeiras correspondem a títulos lastreados em CDB e compromissadas, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. A rentabilidade é de 96,57% na controladora e 100,60% no consolidado do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2025 (100,00% na controladora e 100,30% no consolidado do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2024). (b) As aplicações financeiras correspondem a títulos de fundo de investimento, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. A rentabilidade é de 100,69% no consolidado do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2025.				
6. Aplicações financeiras vinculadas:				
	Consolidado		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Conta pagamento vinculada (a)	-	-	12.615	-
Conta reserva vinculada	-	-	25.442	-
Total			38.057	
Circulante	-	-	12.615	-
Não Circulante	-	-	25.442	-
(a) As aplicações financeiras nesta conta pagamento são efetuadas em CDB pós-fixado, com rentabilidade média do CDI em 100% em 31 de dezembro de 2025, com a finalidade de atender obrigações contratuais relacionadas a garantias da 1ª e 2ª emissão de debêntures da controlada Litoral Pioneiro. O montante reconhecido no ativo circulante refere-se ao montante a ser utilizado para a liquidação de juros das debêntures, que ocorre sistematicamente. (b) As aplicações financeiras nesta conta reserva, são efetuadas em CDB pós-fixado, com rentabilidade média do CDI em 100% em 31 de dezembro de 2025, com a finalidade de atender obrigações contratuais de longo prazo relacionadas a garantias da 1ª e 2ª emissão de debêntures da controlada Litoral Pioneiro. A movimentação das aplicações financeiras vinculadas é demonstrada no quadro abaixo:				
	Consolidado		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo no início do exercício				
(+) Aplicações	40.852	-	40.852	-
(+) Rendimentos	359	-	359	-
(-) Resgate	(3.154)	-	(3.154)	-
Saldo no final do exercício	38.057		38.057	
7. Contas a receber:				
	Consolidado		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Pedágio eletrônico (TAG) (a)	56.480	34.750	56.480	34.750
Cartão débito/crédito (b)	2.847	1.984	2.847	1.984
Cupom (c)	75	672	75	672
Vale pedágio (d)	-	42	-	42
Receita acessória (e)	3	-	3	-
Total	59.405	37.448	59.405	37.448
(a) Pedágios eletrônicos, liquidados conforme prazos das operadoras. (b) Cartões de débitos e créditos, liquidados conforme os prazos das administradoras de cartão. (c) Transações de débito e crédito offline, processadas por papa-fila nos terminais POS (pontos de venda). (d) Crédito eletrônico antecipado destinado exclusivamente ao pagamento de tarifas de pedágio no transporte rodoviário de cargas. (e) Valores a receber provenientes de cessão remunerada de espaços na faixa de domínio da rodovia. O aging do contas a receber está demonstrado no quadro abaixo:				
	Consolidado		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
A vencer	58.922	36.451	58.922	36.451
Vencidos	-	-	-	-
Até 1 mês	483	997	483	997
Total	59.405	37.448	59.405	37.448
A controlada Litoral Pioneiro faz uma avaliação mensal de seus títulos vendidos e reconhece perda de crédito esperado a medida que se torne improvável o seu recebimento. Em 31 de dezembro de 2025, a controlada reconheceu R\$ 343 (R\$ 196 em 31 de dezembro de 2024) (Nota 29), como perdas de créditos efetivas, referentes a títulos vendidos há mais de 3 meses. Os demais títulos vendidos possuem perspectiva de recuperação no curto prazo, dessa forma, não houve a constituição de provisão para perda de crédito esperada sobre esse contas a receber.				
8. Valores a receber do poder concedente:				
	Consolidado		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Desconto de usuário frequente ("DUF")	819	5.695	819	5.695
Total	819	5.695	819	5.695
Circulante	-	-	-	-
Não Circulante	-	5.695	-	5.695
O DUF é um benefício para usuários que trafegam frequentemente em rodovias pedagiadas, aplicável para veículos da Categoria 1 (automóvel, caminhonete e furgão), Categoria 3 (automóvel e caminhonete com semirreboque) e Categoria 5 (automóvel e caminhonete com reboque) que utilizam o Sistema de Cobrança Eletrônica. O desconto é concedido com base na frequência de utilização mensal de cada praça de pedágio e mensurado pela controlada Litoral Pioneiro, conforme regras previstas no contrato de concessão. Após o primeiro ano de concessão, o reembolso passou a ser efetuado pelo poder concedente no mês subsequente à apuração mensal realizada pela controlada Litoral Pioneiro, conforme previsto no contrato de concessão. A movimentação dos valores a receber do poder concedente é demonstrada abaixo:				
	Consolidado		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo no início do exercício				
(+) Reconhecimento de DUF (Nota 31)	8.715	5.695	8.715	5.695
(-) Recebimento de DUF (Nota 12)	(13.591)	-	(13.591)	-
Saldo no final do exercício	819	5.695	819	5.695
9. Adiantamentos a fornecedores: Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de adiantamentos a fornecedores era de R\$ 11 na controladora e R\$ 1.353 no consolidado (R\$ 22.593 em 31 de dezembro de 2024 no consolidado), referente a pagamentos antecipados a prestadores de serviços operacionais.				
10. Impostos a recuperar:				
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
IRPJ pessoa jurídica - IRPJ	10.359	3.925	10.785	9.064
IRPJ retido na fonte sobre aplicações financeiras - IRRF	390	39	5.171	2.633
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	-	-	1.075	-
Programa de integração social - PIS	-	-	233	-
CSLL sobre o lucro líquido - CSLL	180	180	1.892	1.892
Outros tributos	-	-	27	98
Total	10.929	3.964	17.471	13.687
Circulante	1.077	3.964	6.310	13.687
Não Circulante	9.852	-	11.161	-
11. Custos de captação de dívida antecipados: Em 19 de dezembro de 2024, a controlada Litoral Pioneiro protocolou junto à CVM, sob o rito de registro automático, o pedido para a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no montante total de R\$ 5.550.900, distribuídas em seis séries, com garantia real e garantia fidejussória sob condição suspensiva, destinadas exclu-				

sivamente a investidores profissionais. Os recursos captados serão integralmente destinados ao projeto de concessão rodoviária BR-153/277/369 e PR-092/151/239/407/408/411/508/804/855, com extensão de 604,7 km, para reembolso de gastos e realização de investimentos vinculados à execução do contrato de concessão nº 02/2023, celebrado com a ANTT. A integralização das séries será realizada conforme previsto na escritura da emissão. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo de custos de captação de dívida antecipados, no montante de R\$ 53.239 é referente aos gastos incorridos no processo de emissão de debêntures cuja liberação dos recursos ainda não ocorreu. Esses custos incluem taxas de registro, comissões de colocação e outros encargos diretamente associados à emissão dos títulos, sendo apropriados às debêntures conforme a integralização das respectivas séries da captação a partir de 2027. **12. Recursos vinculados:** A retenção do recurso vinculado aplicado em conta reserva é correspondente a 3% do preço do pedágio cobrado pela controlada Litoral Pioneiro. Conforme previsto no contrato de concessão, a utilização será destinada exclusivamente às seguintes finalidades: i. Compensação decorrente do desconto de usuário frequente; ii. Reconstituição do equilíbrio econômico-financeiro da concessão; e iii. Pagamento de indenizações em função da extinção da concessão. É vedado à controlada Litoral Pioneiro a utilização dos valores para lastrear a prestação de fiança, aval ou qualquer outra forma de garantia. Havendo saldo remanescente na aplicação financeira no fim do contrato de concessão, o montante será transferido à conta única do tesouro.

	Consolidado		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo no início do exercício				
(+) Depósitos de recursos vinculados	26.882	17.989	26.882	17.989
(+) Rendimento de recursos vinculados (Nota 25)	3.577	150	3.577	150
(-) Recebimento de DUF (Notas 8 e 25)	(13.591)	-	(13.591)	-
Saldo no final do exercício	35.007	18.139	35.007	18.139
Circulante	819	-	819	-
Não Circulante	34.188	18.139	34.188	18.139
13. Depósitos judiciais: O Grupo possui depósitos judiciais referentes a processos civis e trabalhistas, nos quais figura como parte em ações cuja exigibilidade encontra-se suspensa até decisão final. Os depósitos judiciais têm como objetivo garantir o juízo e correspondem a valores exigidos pelo poder judiciário. Os depósitos judiciais têm a seguinte composição:				
	Consolidado		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Desapropriações (Nota 18 e 26)	18.979	-	18.979	-
Trabalhistas	161	6	161	6
Cíveis	-	8	-	8
Total	19.140	14	19.140	14
14. IRPJ e CSLL: a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do IRPJ e a CSLL: A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do IRPJ e da CSLL na demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é como segue:				
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	436.475	283.031	640.983	427.119
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(148.402)	(96.231)	(217.934)	(145.221)
Ajustes para alíquota efetiva Equivalência patrimonial	154.429	104.647	-	-
Juros sobre capital próprio	(15.313)	(8.896)	-	-
Incentivos fiscais	-	-	5.912	1.600
Adições/exclusões permanentes	-	-	(1.771)	(947)
Constituição de IRPJ e CSLL diferidos / (não constituição)	2.810	(2.476)	2.809	(2.476)
Total	(6.476)	(2.956)	(210.984)	(147.044)
IRPJ e CSLL:				
- Correntes	(445)	(176.872)	(145.503)	(145.503)
- Diferidos	(6.031)	(2.956)	(34.112)	(1.541)
Total	(6.476)	(2.956)	(210.984)	(147.044)
Alíquota efetiva de impostos	1%	1%	33%	34%
A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a despesa de IRPJ e CSLL correntes reconhecida no resultado do exercício e os respectivos valores efetivamente pagos no exercício, conforme evidenciado na demonstração dos fluxos de caixa.				
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Varição do IRPJ CSLL a pagar				
Saldo no início do exercício	-	-	39.699	843
(+) IRPJ e CSLL correntes	445	176.872	145.503	145.503
(-) Pagamentos efetuados	(304)	(207.764)	(104.974)	(104.974)
(-) Compensações	(141)	(12.064)	(1.673)	(1.673)
(+) Constituição de saldo negativo e base negativa	-	-	13.402	-
Saldo no final do exercício			10.145	39.699
b) IRPJ e CSLL diferidos: O IRPJ e a CSLL diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis pelo regime de competência. O IRPJ e a CSLL diferidos têm a seguinte composição:				
	Controladora		Consolidado	
	2025	Resultado	2024	Resultado
Ativo fiscal diferido				
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	3.852	2.585	1.267	1.267
Provisão para fornecedores	6	6	-	-
Total	3.858	2.591	1.267	
Passivo fiscal diferido				
Juros capitalizados	(12.845)	(8.621)	(4.224)	(4.224)
Total	(12.845)	(8.621)	(4.224)	
Passivo fiscal diferido líquido	(8.987)	(6.030)	(2.957)	
	Controladora		Consolidado	
	2024	Resultado	2023	Resultado
Ativo fiscal diferido				
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	1.267	1.267	-	-
Total	1.267	1.267		
Passivo fiscal diferido				
Juros capitalizados	(4.224)	(4.224)	-	-
Total	(4.224)	(4.224)		
Passivo fiscal diferido líquido	(2.957)	(2.957)		
	Consolidado		Consolidado	
	2025	Resultado	2024	Resultado
Ativo fiscal diferido				
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	3.852	2.585	1.267	1.267
Arrendamento mercantil	1.442	638	804	804
Provisão para participação nos lucros	1.586	329	1.257	1.257
Credores pela concessão	573			

EPR Infraestrutura PR S.A.									
Consolidado									
Guinchos (a) Atendimento pré-hospitalar (b) Veículos (c) Imóveis (d) Equipamentos (e)									
Direito de uso líquido									
Saldo em 31 de dezembro de 2024									
Saldo em 31 de dezembro de 2025									
Taxa de amortização - a.a.									
(a) Refere-se à locação de guinchos para operação na rodovia; (b) Refere-se à locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar; (c) Refere-se à locação de veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais, além de veículos administrativos; (d) Refere-se à locação de sedes administrativas; (e) Refere-se à locação de equipamentos para operação na rodovia. O Grupo realiza, periodicamente, a renovação de seus contratos de arrendamento. Essa renovação ocorre quando há alteração nos pagamentos futuros resultantes de atualização anual na parcela prevista em contrato.									
b) Passivo de arrendamento:									
Consolidado									
Saldo no início do exercício									
(+ Adições									
(-) Remuneração de contratos									
(+ Ajuste a valor presente (Nota 30)									
(-) Baixa									
(-) Pagamentos - principal									
(-) Pagamentos - juros									
Saldo no final do exercício									
Circulante									
Não Circulante									
No reconhecimento inicial, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros, descontados utilizando a taxa incremental de financiamento aplicável a cada contrato. Para o exercício, a taxa média ponderada utilizada foi de 12,81% a.a. (13,04% a.a. em 31 de dezembro de 2024). Em 31 de dezembro de 2025, o ajuste a valor presente totalizava R\$ 9.611 (R\$ 13.536 em 31 de dezembro de 2024). Abaixo é demonstrado o passivo de arrendamento não circulante, por ano de vencimento:									
Consolidado									
2025 2024									
2026									
2027									
2028									
2029									
2030									
2031									
Total									
Abaixo são demonstrados os impactos na mensuração e renovação do direito de uso e do passivo de arrendamento, a considerar em sua estimativa a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, considerando a inflação média de 4,05% a.a. (4,96% a.a. em 31 de dezembro de 2024), similar aos valores considerados na taxa de juros incremental utilizada para desconto a valor presente.									
Fonte Bacen em 26 de dezembro de 2025.									
Fluxo real (contabilizado)									
Direito de uso em arrendamento									
(-) Amortização									
Passivo de arrendamento									
(-) Ajuste a valor presente									
Fluxo nominal									
Direito de uso em arrendamento									
(-) Amortização									
Passivo de arrendamento									
(-) Ajuste a valor presente									
17. Imobilizado:									
Compu- Móveis e uten- e per- Veicu- silios fêricos los Outros Total									
Custo do imobilizado									
Saldo em 31 de dezembro de 2023									
(+ Adições									
Saldo em 31 de dezembro de 2024									
(+ Adições									
Saldo em 31 de dezembro de 2025									
Depreciação acumulada									
Saldo em 31 de dezembro de 2023									
(-) Depreciação									
Saldo em 31 de dezembro de 2024									
(-) Depreciação									
Saldo em 31 de dezembro de 2025									
Imobilizado líquido									
Saldo em 31 de dezembro de 2024									
Saldo em 31 de dezembro de 2025									
Taxa de depreciação - a.a.									
18. Infraestrutura em construção:									
Intangível em anda- Adiantamentos mento (a) a fornecedores Total									
Saldo em 01 de janeiro de 2024									
(+ Adições									
(+/-) Transferências de adiantamentos a fornecedores									
(-) Transferências para ativo intangível (Nota 19)									
Saldo em 31 de dezembro de 2024									
(+ Adições									
(+/-) Transferências de adiantamentos a fornecedores									
(-) Transferências para ativo intangível (Nota 19)									
Saldo em 31 de dezembro de 2025									
(a) Refere-se principalmente a obras e serviços de recuperação do trecho concedido, e aquelas de cunho estrutural nos pavimentos e melhorias funcionais e operacionais nos demais elementos do sistema rodoviário, conforme estabelecido no programa de exploração da rodovia. Os juros e custos sobre as debêntures foram capitalizados a uma taxa de 14,84% a.a. em 31 de dezembro de 2025 (9,95% a.a. em 31 de dezembro de 2024) nos ativos qualificáveis durante o período de construção da infraestrutura, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram capitalizados R\$ 25.719 (R\$ 12.423 no consolidado em 31 de dezembro de 2024) (Nota 22). No contexto do projeto de duplicação da rodovia, iniciado em 28 de novembro de 2025, a controladora Litoral Pioneiro realizou desembolsos relacionados a processos de desapropriação de áreas necessárias à execução das obras. Em 31 de dezembro de 2025, tais desembolsos totalizam R\$ 18.979 (Nota 13 e 26) e foram capitalizados por representarem custos diretamente atribuíveis à ampliação da infraestrutura concedida, em conformidade com os critérios aplicáveis aos contratos de concessão. Em fevereiro de 2025 a controladora Litoral Pioneiro concluiu a etapa de trabalhos iniciais, iniciando em março de 2025 o escopo de recuperação conforme o Programa de Exploração da Rodovia ("PER"), sendo este composto pelo conjunto de obras e serviços de recuperação do trecho concedido, e aquelas de cunho estrutural nos pavimentos e melhorias funcionais e operacionais nos demais elementos do sistema rodoviário. A expectativa de conclusão do escopo de recuperação é em fevereiro de 2029. 19. Intangível:									
Intangível em rodovias - obras e serviços (a) Software Total									
Saldo em 31 de dezembro de 2023									
(+ Adições									
(+/-) Transferências de infraestrutura em construção (Nota 18)									
Saldo em 31 de dezembro de 2024									
(+ Adições									
(+/-) Transferências de infraestrutura em construção (Nota 18)									
(-) Baixas									
Saldo em 31 de dezembro de 2025									
Amortização acumulada									
Saldo em 31 de dezembro de 2023									
(-) Amortização									
Saldo em 31 de dezembro de 2024									
(-) Amortização									
(+) Baixas									
Saldo em 31 de dezembro de 2025									
Saldo em 31 de dezembro de 2023									
(+) Compartilhamento de custos									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2024									
(+) Compartilhamento de custos									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2025									
Saldo em 31 de dezembro de 2023									
(+) Compartilhamento de custos									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2024									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2025									
Saldo em 31 de dezembro de 2023									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2024									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2025									
Saldo em 31 de dezembro de 2023									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2024									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2025									
Saldo em 31 de dezembro de 2023									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2024									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2025									
Saldo em 31 de dezembro de 2023									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2024									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2025									
Saldo em 31 de dezembro de 2023									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2024									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2025									
Saldo em 31 de dezembro de 2023									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2024									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2025									
Saldo em 31 de dezembro de 2023									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2024									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2025									
Saldo em 31 de dezembro de 2023									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2024									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2025									
Saldo em 31 de dezembro de 2023									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2024									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2025									
Saldo em 31 de dezembro de 2023									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2024									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2025									
Saldo em 31 de dezembro de 2023									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2024									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2025									
Saldo em 31 de dezembro de 2023									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2024									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2025									
Saldo em 31 de dezembro de 2023									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2024									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2025									
Saldo em 31 de dezembro de 2023									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2024									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2025									
Saldo em 31 de dezembro de 2023									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2024									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2025									
Saldo em 31 de dezembro de 2023									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2024									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2025									
Saldo em 31 de dezembro de 2023									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2024									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2025									
Saldo em 31 de dezembro de 2023									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2024									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2025									
Saldo em 31 de dezembro de 2023									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2024									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2025									
Saldo em 31 de dezembro de 2023									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2024									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2025									
Saldo em 31 de dezembro de 2023									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2024									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2025									
Saldo em 31 de dezembro de 2023									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2024									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2025									
Saldo em 31 de dezembro de 2023									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2024									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2025									
Saldo em 31 de dezembro de 2023									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2024									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2025									
Saldo em 31 de dezembro de 2023									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2024									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2025									
Saldo em 31 de dezembro de 2023									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2024									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2025									
Saldo em 31 de dezembro de 2023									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2024									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2025									
Saldo em 31 de dezembro de 2023									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2024									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2025									
Saldo em 31 de dezembro de 2023									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2024									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2025									
Saldo em 31 de dezembro de 2023									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2024									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2025									
Saldo em 31 de dezembro de 2023									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2024									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2025									
Saldo em 31 de dezembro de 2023									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2024									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2025									
Saldo em 31 de dezembro de 2023									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2024									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2025									
Saldo em 31 de dezembro de 2023									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2024									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2025									
Saldo em 31 de dezembro de 2023									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2024									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2025									
Saldo em 31 de dezembro de 2023									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2024									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2025									
Saldo em 31 de dezembro de 2023									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2024									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2025									
Saldo em 31 de dezembro de 2023									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2024									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2025									
Saldo em 31 de dezembro de 2023									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2024									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2025									
Saldo em 31 de dezembro de 2023									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2024									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2025									
Saldo em 31 de dezembro de 2023									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2024									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2025									
Saldo em 31 de dezembro de 2023									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2024									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2025									
Saldo em 31 de dezembro de 2023									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2024									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2025									
Saldo em 31 de dezembro de 2023									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2024									
(+/-) Demais reembolsos partes relacionadas									
(-) Pagamentos / recebimentos financeiros									
Saldo em 31 de dezembro de 2025									

continuação

EPR Infraestrutura PR S.A.

o valor total de tais distribuições atinja o valor previsto no Acordo de Acionistas arquivado na sede social; e (iv) serão resgatáveis por decisão da assembleia geral da Companhia, independentemente de aprovação pelos titulares das referidas ações preferenciais...

Table with columns: 2025, 2024. Rows: Lucro líquido do exercício, (-) Consumo de prejuízos de anos anteriores, Lucro ajustado, Base para distribuição de dividendos, Dividendos mínimos obrigatórios (25%), Reserva de Lucros.

Table with columns: Data, Pagamento, Valor. Rows: 31/12/2025 Perfin Voyager Fundo de Investimento Participações IE, 31/12/2025 EPR Participações S.A.

f) Reserva de Lucros: A constituição de reserva de lucros no montante de R\$ 322.110 será deliberada via Assembleia Geral Ordinária (AGO), prevista para ocorrer em até 30 dias da data de emissão desta Demonstração Financeira...

Table with columns: 2025, 2024. Rows: Receitas operacionais, Receita de serviços prestados, Receita de serviços de construção, Receitas acessórias, Receita bruta, Deduções da receita, Receita operacional líquida.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2025, 2024. Rows: Custos e despesas, Custo de serviços de construção, Serviço de terceiros, Com pessoal, Depreciação e amortização, Custo da concessão (Nota 25), Combustíveis e lubrificantes, Seguros e garantias, Aluguéis, Perdas de arrecadação (Nota 7), Contribuições e doações, Outros, Total.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2025, 2024. Rows: Receitas financeiras, Aplicações financeiras, Atualização monetária de impostos, Outras receitas, Total, Despesas financeiras, Impostos sobre receitas financeiras, Encargos financeiros, Ajuste a valor presente de arrendamento mercantil (Nota 16), Amortização dos custos de captação de debêntures (Nota 22), Atualização monetária sobre debêntures (Nota 22), Juros sobre debêntures (Nota 22), Total, Resultado financeiro.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2025, 2024. Rows: Resultado por ação, Resultado atribuível aos detentores de ações ordinárias, Média ponderada das ações ordinárias, Resultado básico e diluído por ação - R\$, 33. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: a) Visão geral.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2025, 2024. Rows: Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5), Aplicações financeiras (Nota 5), Aplicações financeiras vinculadas (Nota 6), Contas a receber (Nota 7), Valores a receber do poder concedente (Nota 8), Partes relacionadas (Nota 20), Recursos vinculados (Nota 12), Dividendos e juros sobre capital próprio a receber (Nota 20), Total.

c) Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse...

Table with columns: 2025, 2024. Rows: Fornecedores (Nota 21), Partes relacionadas (Nota 20), Dividendos a pagar (Nota 20), Total.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2025, 2024. Rows: Até 1 ano, 1 a 5 anos, Acima de 5 anos, Total.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2025, 2024. Rows: Até 1 ano, 1 a 5 anos, Acima de 5 anos, Total.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2025, 2024. Rows: Até 1 ano, 1 a 5 anos, Acima de 5 anos, Total.

d) Risco de taxa de juros: O Grupo está exposto a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações financeiras e debêntures. Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

Table with columns: Operação, Exposição, Risco, Taxa de Juros, Cenário I, Cenário II (+25%), Cenário III (+50%), Cenário IV (-50%). Rows: Ativos financeiros, Aplicações financeiras (Nota 5), Aplicações financeiras vinculadas (Nota 6), Passivos financeiros, Debêntures (Nota 22), Arrendamento mercantil a pagar (Nota 16), Partes relacionadas (Nota 20), Credições pela concessão (Nota 25), Dividendos a pagar (Nota 20).

em se tratando de direito indisponível, acionamento do poder judiciário, para pleitear a defesa de seus direitos. A controladora poderá, ainda, apresentar ação judicial de rescisão do contrato de concessão, com fundamento no art. 39 da lei nº 8.987/1995, em razão de descumprimento das normas contratuais pelo poder concedente, hipótese em que os serviços prestados pela concessionária não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado. No caso de rescisão, a concessionária terá direito à indenização pelos investimentos em bens reversíveis não amortizados ou depreciados até o momento da extinção contratual. Não há como garantir que os processos arbitrais ou judiciais serão julgados favoravelmente à controladora, ou que as respectivas decisões serão proferidas e/ou executadas em tempo hábil a fim de evitar impactos materiais adversos na concessão, tampouco que a indenização será suficiente para compensar integralmente os investimentos em bens reversíveis não amortizados ou depreciados. g) Gerenciamento do capital: A gestão de capital do Grupo é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno e o risco para acionistas e credores.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2025, 2024. Rows: Fornecedores (Nota 21), Debêntures (Nota 22), Arrendamento mercantil (Nota 16), Credições pela concessão (Nota 25), (-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5), Subtotal, Patrimônio líquido, Quociente de alavancagem, Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos administradores e acionistas da EPR Infraestrutura PR S.A., São Paulo - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EPR Infraestrutura PR S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais: Em nosso opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas: Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo

com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Capitalização de gastos de infraestrutura em construção e intangível: Os contratos de concessões representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela interpretação contábil ICP/01 (R1) - Contratos de Concessão (correlato ao IFRIC 12), o qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores e montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas explicativas 3.3 (i), 18 e 19 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A mensuração da infraestrutura em construção e consequentemente do intangível é afetada por elementos subjetivos devido às naturezas diversas dos gastos capi-

Table with columns: Classificação, Contábil, 2025, 2024. Rows: Caixa e numerários (Nota 5), Aplicações financeiras (Nota 5), Dividendos e juros sobre capital próprio a receber (Nota 20).

Table with columns: Classificação, Contábil, 2025, 2024. Rows: Caixa e numerários (Nota 5), Aplicações financeiras (Nota 5), Dividendos e juros sobre capital próprio a receber (Nota 20).

Table with columns: Classificação, Contábil, 2025, 2024. Rows: Caixa e numerários (Nota 5), Aplicações financeiras (Nota 5), Dividendos e juros sobre capital próprio a receber (Nota 20).

Table with columns: Classificação, Contábil, 2025, 2024. Rows: Caixa e numerários (Nota 5), Aplicações financeiras (Nota 5), Dividendos e juros sobre capital próprio a receber (Nota 20).

Table with columns: Classificação, Contábil, 2025, 2024. Rows: Caixa e numerários (Nota 5), Aplicações financeiras (Nota 5), Dividendos e juros sobre capital próprio a receber (Nota 20).

Table with columns: Classificação, Contábil, 2025, 2024. Rows: Caixa e numerários (Nota 5), Aplicações financeiras (Nota 5), Dividendos e juros sobre capital próprio a receber (Nota 20).

A Classificação dos instrumentos financeiros mencionados no quadro acima, tem a seguinte definição: Classificação 1 - Mensurados a valor justo por meio de resultado; Classificação 2 - Custo amortizado. 34. Garantias e seguros: A controladora Litoral Pioneiro, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável. Adicionalmente, por força contratual e política interna de gestão de riscos, a controladora mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários, todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Table with columns: Riscos cobertos, Vigência, Limites de indenização, 2025, 2024. Rows: Seguro garantia, Riscos operacionais, Responsabilidade civil, Risco de engenharia, Responsabilidade civil de obras.

35. Compromissos: a) Contrato de concessão: A controladora Litoral Pioneiro tem compromissos vinculados ao contrato de concessão, que se dividem em etapas ("frentes"). Os compromissos se relacionam a metas, critérios, requisitos, intervenções obrigatórias, diretrizes técnicas, normas, escopo, parâmetros de desempenho, parâmetros técnicos e os respectivos prazos para seu atendimento, divididos nas frentes, são: Frente de trabalhos iniciais - Até o 1º ano de concessão, escopo atingido em fevereiro de 2025; Frente de recuperação e manutenção - Do 2º ao 5º ano de concessão; Frente de ampliação de capacidade - Do 3º ao 7º ano de concessão; e Manutenção de nível de serviço - Do 1º ao 25º ano de concessão. No âmbito do contrato, a controladora Litoral Pioneiro assumiu o compromisso de realizar investimentos estimados, conforme estabelecido no Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental ("EVTEA"), em R\$ 11.038.697, sendo R\$ 6.050.835 destinados à expansão e melhorias e R\$ 4.987.862 por constância dos parâmetros. As principais intervenções previstas englobam a duplicação de mais de 350 quilômetros de pista, a implantação de 138 quilômetros de faixas adicionais e 73 quilômetros de vias marginais. Além do estabelecido acima, a controladora Litoral Pioneiro também possui as seguintes obrigações dispostas no contrato de concessão: Verba de fiscalização: verba mensal destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão exercida pelo poder concedente. O montante será atualizado anualmente pelo IRT (índice de reajuste da atualização da tarifa de pedágio); Recursos vinculados: parcela retida do preço do pedágio cobrado da controladora Litoral Pioneiro em favor do poder concedente; Recursos para desenvolvimento tecnológico (RDT): recurso anual, destinado a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, relativos ao objeto da concessão, conforme previsto na regulamentação da ANTT. O montante será atualizado anualmente pelo IRT (índice de reajuste da atualização da tarifa de pedágio); Verba de segurança de trânsito: verba anual para segurança no trânsito, destinada exclusivamente ao custeio de programas relacionados ao prevenção de acidentes, educação no trânsito e comunicação. O montante será atualizado anualmente pelo IRT (índice de reajuste da atualização da tarifa de pedágio). A controladora também deverá, durante todo o prazo da concessão, manter vigentes as apólices de seguro necessárias à cobertura dos riscos inerentes à execução do objeto da concessão. Por fim, a controladora Litoral Pioneiro deverá manter, em favor da ANTT, como garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, a garantia de execução do contrato nos montantes indicados na tabela abaixo:

Table with columns: R\$, 2025, 2024. Rows: Do início do prazo do contrato até o 7º ano de concessão, Do 8º ano de concessão até o 27º ano de concessão, Do 28º ano de concessão até o final da concessão.

36. Transações que não afetaram caixa: Em conformidade com o CPC 03 (R2) / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações que não afetaram caixa estão apresentadas nas rubricas abaixo:

Table with columns: Consolidado, 2025, 2024. Rows: Aquisição de infraestrutura em construção/fornecedores, Despesa de infraestrutura em construção/partes relacionadas (Nota 20), Desapropriação (Nota 18), Adições e remensurações de direito de uso/arrendamento mercantil (Nota 16), Juros capitalizados na infraestrutura em construção (Nota 18).

37. Eventos subsequentes: a) Dividendos intermediários: Em 13 de janeiro de 2026, a controladora Litoral Pioneiro destinou dividendos intermediários no montante de R\$ 91.133, com base no balanço levantado em 31 de dezembro de 2025. O pagamento ocorreu no dia 14 de janeiro de 2026. b) Pagamento de dividendos destinados anteriormente: Em 14 de janeiro de 2026, a Companhia realizou o pagamento de dividendos intermediários anteriormente, no montante de R\$ 91.133, sendo R\$ 4.557 pagos ao acionista EPR Participações S.A. e R\$ 86.576 pagos ao acionista Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações IE.

Table with columns: Conselho de Administração, Diretoria, Responsável Técnico. Rows: Conselho de Administração (Enio Stein Júnior, Carlo da Silveira Framarim, Carlos Eduardo Auchewski Xisto), Diretoria (José Carlos Cassaniga, Diretor Presidente, Enio Stein Júnior, Diretor de Relações com Investidores e sem designação específica), Responsável Técnico (Lucas de Castro Maia, Contador CRC: MG-106304/0).

talizados como parte da infraestrutura da concessão, bem como devido ao grau de julgamento para a determinação do ativo intangível. Desta forma, identificamos a capitalização de gastos de infraestrutura em construção e intangível como área significativa de auditoria. Como nossa auditoria concluiu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação dos critérios de classificação de gastos como infraestrutura em construção e intangível; (ii) teste das adições da infraestrutura em construção e intangível para validação da existência e avaliação da natureza do gasto e a correta classificação; e (iii) avaliação da natureza dos gastos capitalizados como infraestrutura em construção e sua aplicabilidade aos critérios estabelecidos pelo contrato de concessão e normas contábeis vigentes. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios de capitalização de gastos de infraestrutura em construção e intangível adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3.3 (i), 18 e 19, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado: As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidado, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/03/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 23 de março de 2026.
ERNST & YOUNG
 Auditores Independentes S/S Ltda.
 CRC SP-027623
F José Antonio de Andrade Navarrete
 Contador
 CRC SP-198698/0



Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.

Contato: (11) 3361-8833
 Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL

São Paulo



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 27/03/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

